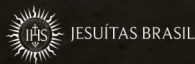


Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 15 • n° 256 • vol. 15 • 2017



Indicadores de Bem-Estar Humano
para Povos Tradicionais:
O caso de uma comunidade indígena
na fronteira da Amazônia Brasileira

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Luis Eduardo Acosta Muñoz

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais:
O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira

*Indicators of Human Well-being for Traditional Peoples:
The case of a indigenous community on the border of the Brazilian Amazon*

Resumo

O artigo apresenta inovadora construção e aplicação de Indicadores de Bem-Estar Humano partindo de uma perspectiva autodeclarada por indígenas e ribeirinhos da Amazônia a respeito do conceito de Bem-Estar. A partir disso, apresentam-se os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT), apoiados em cinco grandes Capacidades: Controle Coletivo Sobre o Território; Agenciamento Cultural Autônomo; Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar; Construção de um Ambiente Tranquilo para se viver; e Autocuidado e Reprodução. O estudo surge da cooperação científica internacional entre o Grupo de Pesquisa, Educação e Diversidade Amazônica da Universidade do Estado do Amazonas (GPEDA-UEA), o Grupo de Pesquisa Valoración de los Conocimientos Tradicionales, do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, da Colômbia, e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA). Os IBPT foram aplicados junto a comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira e colombiana; este artigo expõe o caso da comunidade indígena de etnia Cocama, Nova Aliança, localizada no município de Benjamin Constant, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Os resultados socializam importantes avanços metodológicos na construção de indicadores fidedignos a respeito do Bem-Estar das populações tradicionais.

Palavras-chave: Indicadores; Povos Tradicionais; Indígenas; Amazônia; Bem-Estar.

Abstract

The paper presents an innovative way of how to create and apply Human Wellbeing Indicators. The paper starts with an historical analysis of how those indicators have been created and finish with a set of indicators auto-determined by Amazonian indigenous and riverine people itself. The set of indicators is based on the concept of abundance as the concept that identify indigenous and riverine people wellbeing. The set of Human Wellbeing Indicators for Traditional Societies presented is supported in five main capacities: Collective control of territory, autonomous cultural agency, food security guarantee, the construction of a peaceful environment to live, and selfcare and selfreproduction. The set of Human Wellbeing Indicatoris for Traditional Societies was applied in the indigenous community of Nova Aliança, located in the Benjamin Constant municipality, in the triple bordier between Brazil, Colombia and Peru, as a result of an international scientific cooperation process between the Education and Amazonian Diveristy Research Group of the Estado do Amazonas Univerity of Brazil (GPEDA- UEA), the Traditional Knowledge Value research group of the Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI of Colombia and the National Observatory of Social and Environmental Justice Luciano Mendes de Almeida – OLMA. The experience shared the methodological advances on the construction of precise indicators for traditional societies and showed how traditional communities build up their wellbeing in relation to the knowledge they have of water, soil and forest cycles, making them autonomous in the productive and cultural processes of their terrotories.

Keywords: Indicators; Traditional Peoples; Indigenous; Amazonia; Welfare.

Cadernos
IHU *ideias*

**Indicadores de Bem-Estar Humano
para Povos Tradicionais:
O caso de uma comunidade indígena
na fronteira da Amazônia Brasileira**

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Luis Eduardo Acosta Muñoz

Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (Colômbia)

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 15 • nº 256 • vol. 15 • 2017

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XV – Nº 256 – V. 15 – 2017

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Luiz Felipe Barboza Lacerda

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

INDICADORES DE BEM-ESTAR HUMANO PARA POVOS TRADICIONAIS: O CASO DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Luis Eduardo Acosta Muñoz

Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (Colômbia)

Introdução

Comumente a qualidade de vida tem sido atrelada à ideia de desenvolvimento medido pela quantidade de ingressos monetários ou de bens adquiridos por um grupo, família ou mesmo sociedade. Nesta perspectiva, o mercado é considerado como a única entidade com concessão ao Bem-Estar. Assim, o conceito de Bem-Estar torna-se sinônimo de desenvolvimentismo e progresso. Mas o que é realmente Bem-Estar? Parece-nos ser algo distante do que produzem os atuais indicadores de desenvolvimento predominantes, geralmente focalizados na ideia de pobreza. Bem-Estar, por outro lado, pode estar vinculado à ideia de Abundância, de soberania sobre a cultura e a alimentação, de equilíbrio entre práticas formais e práticas tradicionais na saúde e na educação, na capacidade de construir um ambiente tranquilo para se viver.

Para grande parte dos povos tradicionais da América Latina e, particularmente, da Amazônia, os elementos do território onde vivem são indissociáveis dos aspectos culturais, sociais, alimentares, econômicos e ambientais que sustentam a vida. De acordo com os Direitos Humanos (ONU, 2007), as políticas públicas devem diferenciar as comunidades indígenas e ribeirinhas e produzir coerente afastamento da ideia produzida em torno do conceito de pobreza e miséria. Evidentemente existem vulnerabilidades nessas realidades, porém não se enquadram nestes conceitos constituídos pelos macroindicadores.

Uma análise geral evidencia que na atualidade muitos quadros conceituais não permitem uma abordagem honesta frente às especificidades territoriais dos povos indígenas e ribeirinhos; os indicadores aqui apresentados buscam suprir estes quadros com construções analíticas coerentes a estas populações. Neste sentido, o artigo considera o processo histórico de formação dos indicadores de Bem-Estar Humano e Bem-Estar Humano para povos Indígenas, e, ao fim, chega-se à proposição e aplicação dos **Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)**, junto às comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira.

Os IBPT centram-se no conceito de Abundância entre os povos tradicionais e dele concebem 20 indicadores, que estão agrupados em cinco Grandes Capacidades, a saber: Capacidade de Controle Coletivo do Território; Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo; Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar; Capacidade de Construir Ambiente Tranquilo para Viver; e Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Este estudo surge no âmbito da cooperação científica entre a Universidade do Estado do Amazonas (Brasil), o Instituto Amazônico de Investigações Científicas SINCHI (Colômbia), apoiados pela ISCOS: Projeto Bem-Viver, a Diocese do Alto Solimões e a Associação de Agricultores e Agricultoras de Benjamin Constant (ASPRO-BC), e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida - OLMA. Junto a três comunidades brasileiras foram aplicados os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais: Comunidade de etnia Ticuna São João de Veneza e Comunidade de etnia Cocama Nova Aliança, ambas localizadas em terra firme, além da comunidade ribeirinha de São José, localizada em área de várzea.

Os resultados demonstram que os indicadores analisados junto aos povos tradicionais da Amazônia colombiana são adequados aos povos tradicionais do Alto Solimões, que comungam hábitos, culturas, valores e sentidos. Demonstram como existem distintas formas de conceber o desenvolvimento e que o Bem-Estar, atrelado a capacidades fundamentais localmente construídas em conjunto com os povos tradicionais, é um avanço nas informações sobre essas populações. Por fim, ilustram que o Bem-Estar na comunidade de Nova Aliança apoia-se na governabilidade local, na abundância alimentar e na adesão às normas comunitárias.

A criação dos Indicadores de Bem-Estar e as populações tradicionais

Desde a segunda metade do século XX, a ênfase para medir o Bem-Estar da sociedade tem se restringido à teoria econômica e à utilização do Produto Interno Bruto (PIB) como um indicador predominante. Nas décadas entre 1950 e 1960, as economias do chamado terceiro mundo

atingiram bruscas quedas em relação às taxas de crescimento econômico; tais quedas advertiam crescentes problemas sociais. (Bustelo, 1992).

No final dos anos 1960, foram introduzidas na medição da qualidade de vida as abordagens das necessidades básicas, que destacam questões como a geração de emprego, a redução das desigualdades sociais e a satisfação das necessidades básicas (OIT, 1976). Na América Latina, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) apresentou o método de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) com a finalidade de caracterizar a pobreza usando os censos das populações a nível nacional. Os críticos argumentavam que o método NBI não era adequado, porque sendo guiado pelas vulnerabilidades, não conseguia construir ideia sólida de Bem-Estar. (Gómez, 1997; Feres e Mancero, 2001).

No início dos anos 1970, surgem abordagens enfatizando os aspectos sociais específicos para avaliar a qualidade de vida. (Zarzosa, 1996). Entre estes se destacam as propostas da Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1985) e das Nações Unidas, que buscavam medir Bem-Estar sob um conceito multidimensional (ONU, 1978). Contudo, essas abordagens ainda destinavam excessiva importância ao caráter objetivo aplicável a qualquer grupo social ou cultural. (Collado, 1992).

No início dos anos 1990, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 1990) propõe os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), baseando-se no conceito de desenvolvimento como liberdade; e com uma visão multidimensional das questões de desenvolvimento social, reflete a expectativa de vida, alfabetização e domínio sobre os recursos para desfrutar de um padrão de vida delimitado enquanto decente. Contudo, perduram as críticas sobre a ideia de desenvolvimento humano e qualidade de vida vinculadas às noções mercantilistas e sem a compreensão fidedigna de populações específicas e seus territórios.

A partir de 1990 surgem propostas apresentadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), distinguindo suas políticas de apoio aos indígenas de maneira específica. Contudo, segundo Renshaw e Wray (2004), os indicadores aludidos mostravam limitações conceituais que sustentavam uma análise convencional, economicista e ocidentalizada para aquilo que chamavam Bem-Estar, promovendo verdadeiras arbitrariedades na avaliação dos mais diversos estilos de vida.

De outra parte, na conferência ECO- 92, celebrada no Rio de Janeiro, os 185 países componentes da ONU firmam o Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB-OIT, 2009). O convênio é a gênese de indicadores para a avaliação sobre a situação dos conhecimentos e práticas tradicio-

nais associadas à biodiversidade, introduzindo princípios como pluriculturalidade, economias de subsistência, conhecimentos tradicionais, saúde física e espiritual e diversidade alimentar. Este processo é visto como significativo avanço das metodologias de avaliação sobre Bem-Estar dos povos e da natureza.

Por influência deste contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004, p. 23) apresenta pela primeira vez o tema Liberdade e Diversidade Cultural, marcando um hiato em relação às discussões de desenvolvimento ao incluir aos debates temas como: convivência pacífica, conflito interétnico, direitos culturais, minorias em vulnerabilidade, exclusão e subordinação cultural, e frisa que “sem considerar tais elementos é inviável a construção de políticas públicas e indicadores de avaliação que realmente desponhem uma coerente ideia de Bem-Estar e desenvolvimento”.

Com isto, passa-se a reconhecer que as cosmovisões locais são fundamentais para avaliar tanto as políticas como as ações de desenvolvimento e Bem-Estar em relação com as expectativas de vida e o respeito às culturas tradicionais e ao meio ambiente. Abre-se, assim, espaço para a concepção autodeclarada de Bem-Estar destes povos, respeitando a existência de indicadores étnicos e indicadores culturais específicos, coerentes e fidedignos. (ONU, 2007; 2008).

Este processo culmina com uma série de encontros internacionais dos Povos Indígenas que produziram posições firmes sobre avaliações dos modos de vida tradicionais. Destacam-se: 1) Declaração Política de Kimberlee¹, onde se assinala a autodeterminação dos povos em controlar recursos naturais que são à base de sua existência e centrais na preservação dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; 2) Reunião de referências e lideranças indígenas de América Latina e Caribe sobre indicadores de Bem-Estar Humano (IBH) realizada na Nicarágua (2006), onde se reafirma a importância da criação dos IBH como uma proposta viável para medir os modos de vida indígena desde que reconheçam as classificações e as visões locais sobre o mundo, seus corpos jurídicos e a administração dos recursos; a conservação de seus modelos de saúde e educação; 3) O Pacto de Pedregal², realizado no México em 2004 com a presença de líderes indígenas³, os quais firmam os pontos

1 Ver. *Declaração Universal dos Direitos dos povos Indígenas*. Disponível em: <https://goo.gl/YeCLnN>. Acessado em 20 de março de 2017

2 Consignado ao documento “Povos Indígenas e os Indicadores de Bem-Estar e Desenvolvimento” (ONU, 2008), produto da VII Sessão do Fórum permanente para as questões indígenas da ONU do ano 2007.

3 Líderes indígenas de Argentina, Belize, Colômbia, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

mínimos que devem conter os indicadores que buscam a percepção holística de Bem-Estar dos povos tradicionais, a saber: terem a capacidade de identificar a população indígena em sua diversidade de credos e culturas; deflagrarem as problemáticas sobre estes estilos de vida; fornecerem informações para a formulação de políticas públicas coerentes com as características culturais; contribuir para a consolidação das autoridades tradicionais e as tomadas de decisão comunitárias. (UNAM, 2008).

Com estes avanços a CEPAL e o Fundo Indígena⁴ desenvolveram um Sistema de Indicadores Sociodemográficos de Populações e Povos Indígenas da América Latina (SISPP), tendo como guia os seguintes eixos: distinguir os povos indígenas do resto da população de maneira a poder estabelecer estatísticas descritivas e referenciais; buscar que os resultados cumpram com o critério da pertinência cultural e reconhecer os direitos coletivos dos povos indígenas consolidados a nível internacional. (CELADE/CEPAL, 2007).

Estas históricas experiências, amparadas pela própria organização dos povos, abrem espaço para que atores locais, em conjunto com tais populações, desenvolvam indicadores específicos para a medição coerente dos modos de vida nos mais diferentes territórios tradicionais. Neste sentido surgem os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais.

Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT): uma alternativa para a avaliação do Bem-Estar

Acosta (2013) parte da premissa de que o histórico contato das populações indígenas com a cultura ocidental acarretou prejuízos a tais povos e, revisando os índices avaliativos dos mais variados órgãos de apoio, controle ou fomento, conclui que, apesar de alguns avanços, eles ainda são ineficazes para a compreensão das realidades tradicionais amazônicas. (Lacerda, 2016).

4 O Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas de América Latina e El Caribe (2011) foi criado em 1992 na II Conferência Ibero-americana de chefes de Estado, celebrada na Espanha. É um organismo de cooperação internacional especializado no auto-desenvolvimento e reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas. Está integrado por países membros da América Latina e Europa: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; e outros associados: Bélgica, Espanha e Portugal. Entre os objetivos, destaca-se viabilizar e fortalecer o diálogo intercultural entre os principais atores indígenas, possibilitar e garantir sua participação nas decisões de políticas de desenvolvimento.

Os pressupostos iniciais dos IBPT estão assentados sob a preocupação da soberania das populações tradicionais em seus próprios territórios, assumindo que frente a qualquer intervenção seus valores e culturas devem ser percebidos como parte fundante no decorrer dos planejamentos iniciais às avaliações finais. (Lacerda, 2016).

Para os povos por nós estudados, Bem-Estar encontra-se sob o equilíbrio entre a intervenção do povo e o meio onde intervém. Um conceito de condições espirituais e materiais de harmonia com a natureza que acaba por gerar uma série de acordos comunitários, comportamentos e percepções voltadas para certo estilo de vida.

Como base deste Bem-Estar encontra-se o conceito de Abundância, simplificado pela capacidade de encontrar no território o que se almeja para a vida boa. Na cosmovisão bosquesina⁵, abundância subsidia-se por um equilíbrio entre retirar e dar ao território; portanto, um conceito relacional ecológico e cultural. Ademais, o conceito possui forte característica longitudinal, sempre considerando as gerações que ainda não nasceram.

Como dito anteriormente, os IBPT apoiam-se em cinco capacidades, elencadas a partir das narrativas dos próprios povos indígenas e ribeirinhos: 1) Capacidade de Controle Coletivo do Território; 2) Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo; 3) Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar; 4) Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo e; 5) Capacidade de Autocuidado e Reprodução. Essas cinco capacidades subdividem-se em vinte indicadores, conforme veremos a seguir.

Capacidade de Controle Coletivo sobre o Território

Coloca-se sob a existência de um sistema de parentesco e vizinhança que empenham deliberações sobre o conjunto de elementos e ações do lugar. Nessa rede está prescrita a redistribuição de bens e práticas culturais que reafirmam os processos identitários. (Acosta, 2013). De maneira concreta, materializa-se sobre a existência de fortes instituições locais, que podem ser a própria residência do cacique, um centro comunitário, ou mesmo encontrarem-se personificadas nas hierarquias culturais, como os anciões, os caciques, etc. Desta forma, tal Capacidade manifesta-se através do indicador referente ao Potencial de Governabilidade da População sobre suas Terras.

5 GACHÈ. Jorge. *Sociedade Bosquesina*. Tomo I. Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, Iquitos-Peru, 2012. O conceito de bosquesinos busca, fortalecendo as lutas e demandas comuns, agrupar uma série de culturas amazônicas que comungam práticas e hábitos, respeitando as peculiaridades, porém promovendo inteligibilidade conceitual.

Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo

Engloba o já citado controle sobre as intervenções no território, trazendo o foco, sobretudo, para a relação que a comunidade estabelece com os agentes externos. Nessa relação, os povos locais devem promover o imperativo dos saberes e práticas tradicionais, colocando a própria comunidade como protagonista das intervenções. Agrega-se a isso o total direito e controle sobre os bens, produtos e saberes gerados em suas terras. Ademais, tal capacidade faz referência às estratégias comunicacionais sobre conhecimentos passados através das gerações. Para tanto, se divide em oito indicadores:

Potencial de Áreas com Oferta de Recursos Naturais corresponde à biodiversidade do território e à disponibilidade de recursos a partir daquilo que sustenta os sistemas locais de segurança alimentar. Para tanto, mede-se a diversidade de alimentos e suas disponibilidades em diferentes épocas.

Áreas que se sobrepõem aos Territórios Tradicionais, que se refere aos conflitos territoriais de transposições de terras tradicionais por elementos/entidades legais ou ilegais. Analisa-se a cobertura de terra envolvida no conflito, seu histórico, a ação das entidades mediadoras e fiscalizadoras, as afetações no cotidiano da comunidade e as estratégias encontradas pelos povos para lidar com tal problemática.

Potencial de Terra Cultivável Demandada por Unidades Familiares indica a área total que as famílias utilizam para seus sistemas de produção de alimentos. Neste indicador promove-se balanço entre o total de área disponível para o cultivo e a capacidade de plantio de cada família.

Potencial de População em Terras Tradicionais se refere ao total de habitantes e deriva do cálculo entre nascimentos, óbitos, migrações e imigrações no período de um ano. Neste ponto percebe-se o impacto da mortalidade infantil ou da expectativa de vida na população, assim como os motivos que afetam a mobilidade das populações.

Autorreconhecimento Étnico é o indicador que expressa a identificação cultural à qual manifestam pertencer; produz-se então um levantamento dos elementos de autodefinição em cada cultura. O autorreconhecimento permite mostrar a coesão social em torno de uma identidade cultural, ou, por outro lado, a diversidade existente em um mesmo território.

Participação da População em Práticas Culturais Estratégicas é o indicador que busca perceber a vigência das práticas culturais tradicionais no contexto do século XXI. Levanta-se o número de festas, cerimônias ou outras práticas tradicionais, há quanto tempo ocorrem, qual o envolvimento da população, os significados e desafios em realizá-las.

Pessoas Bilíngues na língua materna e na língua nacional refere-se à diversidade comunicacional da população. O bilinguismo deve ser considerado como um indicador de pluralismo e riqueza cultural, pois a capacidade de falar a língua materna e a língua nacional está geralmente relacionada com uma boa permeabilidade nas culturas dominantes e com isto agrega-se melhor capacidade de decodificação cultural.

Por fim, o Grau Educacional no Sistema Não Tradicional determina a porcentagem, em relação ao total da população, de pessoas que contam com anos concluídos nas diferentes etapas do ensino. O nível avançado no contexto da educação formal permite a possibilidade de interatuar como o sistema de valores de outras culturas, assim como avaliar a influência destas nos próprios valores. Ademais, avalia-se a existência de instituições de ensino no local, sua abrangência e características.

Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar

A terceira Capacidade engloba não apenas a possibilidade momentânea de a população estar bem alimentada, como também a perspectiva a médio e longo prazo. Inclui a capacidade de armazenamento de alimentos, de garantia de insumos ao plantio, capacidade produtiva familiar, assim como a existência de conhecimentos apropriados para que a produção seja abundante. Esta capacidade dá base a cinco indicadores:

Grau de Diversidade dos Alimentos Produzidos e Consumidos refere-se ao número de espécies e suas variedades plantadas, coletadas, caçadas e pescadas, assim como a sua oferta em diferentes épocas, permitindo avaliar as bases da alimentação local.

Importância Cultural dos Alimentos na Dieta Local refere-se à avaliação de critérios culturais que determinam o consumo de certos alimentos como tabus, motivações sociais, representações sobre propriedades adicionais associadas à identidade étnica; e estima-se a porcentagem destes alimentos em relação ao total de alimentos disponíveis. Para as populações tradicionais estes elementos específicos estão, geralmente, aliados a uma compreensão de equilíbrio energético com o corpo e a natureza.

Meios de Conservação e Transformação de Alimentos indica as estratégias para o armazenamento de alimentos perecíveis, não perecíveis e sementes, possibilitando seu aproveitamento em longo prazo. Isto denota o nível de soberania alimentar e capacidade de manutenção do Bem-Estar ao longo do tempo e em momentos de crise.

Disponibilidade de Sementes Tradicionais é um indicador que realiza inventários das sementes que asseguram a abundância. O número e a

variabilidade de sementes armazenadas relacionam-se diretamente à autonomia alimentar da comunidade.

População com Desnutrição produz um levantamento da porcentagem da população afetada, dos principais motivos, do público diretamente afetado e as possíveis estratégias existentes no território para superar a problemática.

Capacidade de Construir Ambiente Tranquilo

Capacidade que encontra subsídio no cumprimento, por parte de todos, dos códigos e pactos de ética e valores estabelecidos tradicionalmente. Soma-se a isto, a capacidade de aplicar e adaptar os conhecimentos tradicionais a problemas contemporâneos. Apresenta-se, através do indicador Exercício da Territorialidade, que analisa as relações entre diferentes estratos populacionais, a dinâmica, aceitabilidade e função das lideranças, a existência de estatutos ou códigos de condutas e a análise dos processos de decisão, principalmente em relação ao grau de autonomia frente aos agentes externos; também o papel das pessoas mais velhas, assim como sua relação com as gerações mais novas. Avalia-se, enfim, a existência de conflitos territoriais, a permeabilidade e impacto do uso de álcool e outras drogas, questões de violência contra mulheres e crianças e outros elementos que possam dar conta de conflitos sociais, culturais, ambientais, econômicos, políticos e religiosos.

Capacidade de Autocuidado e Reprodução

Por fim, a quinta Capacidade implica na supremacia da visão tradicional a respeito da saúde e da doença, assim como das formas de enfrentá-las. Ressalta-se a necessária harmonia entre a medicina tradicional e a medicina formal. Portanto, está intimamente ligada à manutenção das práticas culturais e inclui a noção ampliada de corporeidade não só da pessoa, mas também ao território que ela ocupa. Encontra-se sob cinco indicadores:

Acesso à Água Potável, indicando a proporção de pessoas que contam com serviço de água apta para ingestão. Avaliam-se também as estratégias de potabilização, assim como sustentabilidade das tecnologias e serviços presentes no território.

Acesso a Serviços Públicos Básicos refere-se à abrangência dos serviços de disposição final de resíduos, saneamento básico, energia elétrica e demais serviços que permitem melhores condições de salubridade e Bem-Estar.

Recursos Humanos Tradicionais e Não Tradicionais Disponíveis no Combate às Enfermidades, avaliando a presença de pajés, xamãs, curandeiros, rezadores, assim como médicos, psicólogos e enfermeiros e a relação que estabelecem frente a estes diferentes saberes. O indicador mede também os métodos terapêuticos de saúde física ou espiritual utilizados em cada uma destas medicinas.

Cobertura Física dos Meios para Atender as Enfermidades, como o acesso aos serviços de saúde ofertados pelo Estado. Da mesma forma, levanta as estruturas tradicionais como casas de cura, malocas, espaços sagrados, entre outras especificidades.

Por fim, Atenção às Mulheres no Parto, que avalia a possibilidade de contar com um parto assistido de maneira segura, tanto em métodos tradicionais quanto formais. Avaliam-se inúmeros elementos deste tema, como a existência de parteiras tradicionais até a cobertura formal do pré-natal. O número de partos atendidos é um indicador importante de saúde, sua atenção adequada atenua os índices de mortalidade infantil e indicam a preferência entre processos tradicionais e/ou formais frente a circunstâncias vitais.

Após aproximadamente seis anos de estudos acumulados, temos a convicção de que os IBPT geram conhecimentos adequados sobre as populações tradicionais, especificamente as populações tradicionais da Amazônia. Podem, portanto, subsidiar o planejamento de estratégias próprias, de políticas públicas ou ações do terceiro setor. Obviamente, impera a necessidade de adaptação a cada contexto e a cada população e, de maneira geral, convidam a aplicações longitudinais.

Além disso, o exercício de construção e aplicabilidade destes indicadores possui, como pano de fundo, um desejo político em construir material que possa ser apropriado pelas próprias populações. Dessa forma, elas estão aptas a promover autoavaliações sistemáticas, promovendo independência de órgãos externos e dos macroindicadores.

Aplicação dos IBPT em comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira

Os IBPT foram aplicados em três comunidades de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, ao longo de dois anos (2014-2015). São elas: São João de Veneza (Indígena, Ticuna de terra firme), Nova Aliança (Indígena, Cocama de terra firme) e São José (Ribeirinha de várzea). A aplicação seguiu as seguintes etapas: levantamento extensivo de material documental e bibliográfico; entrevistas em profundidade com lideranças comunitárias; elaboração de um panorama geral a respeito dos indi-

cadores; visitas à comunidade para devolver e aprofundar percepções iniciais; construção da linha de base analítica sobre o Bem-Estar na comunidade; devolução e retroalimentação das informações através de reuniões na comunidade; e, por fim, elaboração do documento final e aprovação dos participantes.

Estudo de caso: A comunidade indígena Cocama de Nova Aliança

De acordo com as referências históricas, o primeiro contato da etnia Cocama com as culturas não indígenas ocorreu em 1557, quando o expedicionário espanhol Salinas, saindo do Equador, chegou aos rios Maranhão e Ucayali, adentrando os territórios destes índios. Tal povo foi descrito por Salinas como de grande educação, com rica cultura material, finas roupas de algodão e lindas plumagens, demonstrando importantes adornos de ouro, prata e vasta variedade de alimentos e cerâmicas.

Um século depois, em 1651, o Padre Bartolome Perez cria a primeira missão católica entre os Cocamas, e em 1758 Marquês de Pombal proíbe o uso das línguas indígenas no Brasil, fazendo com que os missionários que aqui conviviam com os Cocamas passassem a proibir e castigar aqueles que continuassem falando a língua materna. (MAGNO, 2001).

Como consequência destas imposições, houve uma fragmentação da cultura Cocama ao longo do século XIX e início do século XX, induzindo-os, como estratégia de sobrevivência, a mesclarem-se com a numerosa nação Ticuna, deixando de lado cultura, hábitos e reivindicações próprias⁶.

O passado Cocama é mítico e comovente, marcado por uma história de contínuos massacres e epidemias que ocasionaram sucessivas ondas migratórias em busca da mística terra “sem males” e, por ironia, os trouxeram para as terras brasileiras, potencializando a adesão maciça dos remanescentes à pregação messiânica da seita milenarista da Cruzada. Explorados como mão de obra barata pelos novos colonos, enredados pela pregação alucinada do messias que podia ver o futuro e imersos num ambiente saturado de preconceitos, a coletividade Cocama reage e opta pela sublimação temporária de sua cultura. (LUZ, 2007, p.17).

6 Para saber como este mesmo processo de sujeição e abandono da identidade Cocama aconteceu não somente com os ticunas, mas também com o povo peruano, do outro lado da fronteira, sugerimos o clássico estudo de GOW, Peter. “Ex-cocamas”: Identidades em transformação na Amazônia peruana. *Revista Mana*, Lima-Peru, v.9, n.1, p. 57-79, 2003.

Foi a partir da aprendizagem derivada do acompanhamento das grandes mobilizações do povo Ticuna que, em 1980, os Cocamas passaram a buscar independência e nova organização social através do início da retomada de um ideário de identidade própria. A luta do povo Cocama por reconhecimento étnico é uma epopeia que remonta às grandes tragédias gregas. Desde o contato com os primeiros colonizadores até os tempos atuais, este povo ainda não conseguiu ver plenamente suas terras e direitos respeitados. Os principais empecilhos para isto originam-se do incongruente critério adotado por antropólogos e órgãos governamentais brasileiros, ao utilizarem a existência de *fluência em uma língua materna* como critério de classificação para determinado povo tradicional, visto que a língua Cocama⁷ foi quase extinta a partir das imposições dos colonizadores.

Além disso, a etnia tem origem oficialmente alocada, por grande parte dos estudiosos, no território peruano, gerando dificuldades e desconfianças por parte das autoridades brasileiras em reconhecê-los também enquanto brasileiros.

Resultante desta luta organizada, em 1996 fundou-se a Coordenação de Apoio aos Índios Cocama do Alto Solimões (COAIMA), que desde então vem articulando o reconhecimento da cultura e do povo em território brasileiro. Em 2006 representantes desta organização conseguiram financiamento para deslocarem-se a Brasília no intuito de protocolar, junto ao Ministério da Justiça, uma série de documentos que comprovam a existência e a originalidade da etnia Cocama no Brasil. Foi assim que na gestão da presidente Dilma Rousseff as primeiras terras indígenas Cocamas foram homologadas no Alto Solimões. Contudo, ainda existem mais de 22 comunidades entre o trecho de Tabatinga (AM) e Tefé (AM), que demandam a demarcação de terras tradicionais. (LUZ, 2007). De acordo com as estatísticas oficiais, em 2010 existiam 9.636 Cocamas no Brasil, 236 na Colômbia e 11.370 no Peru. (FUNASA, 2010).

Uma característica religiosa marcante de boa parte do povo Cocama, assim como do povo Ticuna, na região da tríplice fronteira amazônica, é o pertencimento a Igreja da Santa Cruz. Tal movimento chega por volta de 1960 no contexto Alto Solimões ganhando profunda capilaridade nas culturas indígenas. A Santa Cruz é uma religião messiânica de cunho fundamentalista protagonizada por Francisco da Cruz, até hoje com alta aderência dos indígenas da tríplice fronteira⁸.

7 Para estudar em profundidade os processos históricos, sociais e gramaticais da língua Cocama, sugerimos: LALI Chandra e LALI Ana. Reduções lexicais e gramaticais na fala dos últimos falantes nativos do kokáma no Brasil. *Revista SILEL*, Uberlândia, EDUFU, v., 2009.

8 Para saber mais: GUARESCHI, Pedrinho. *Entre a Cruz e o Poder: a irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Editora Vozes, 1976.

Nova Aliança é uma destas comunidades de etnia Cocama na calha do rio Solimões, fundada em 1980 por integrantes da Igreja da Santa Cruz. Nela o Cacique é a autoridade política máxima, eleito por votação em assembleia geral por um período de quatro anos. Com ele é escolhido um Vice-Cacique, um Secretário, um Vice-Secretário, um Tesoureiro, um Vice-Tesoureiro e mais dois Conselheiros. Esta junta, entre outras atribuições, tem o papel de promover projetos na comunidade e é regida por um estatuto comunitário composto por regras, normas e condutas possíveis e não possíveis em Nova Aliança.

Ademais, em Nova Aliança existe uma Associação de Produtores que, por sua vez, através de votação em assembleia geral, também conta com um presidente e um vice-presidente. A ordem da Santa Cruz, igualmente, possui estatuto próprio, um coordenador e uma junta diretiva específica. Outras autoridades, em determinadas circunstâncias, são consideradas as pessoas sabedoras da medicina tradicional. Atualmente elegeu-se também um representante de assuntos indígenas, para tratar diretamente com a Fundação Nacional do índio (FUNAI) e demais órgãos responsáveis, sobre os temas que cabem especificamente à cultura indígena e o resgate da cultura e dos direitos Cocama.

As lideranças nos indicam que existe uma série de acordos pré-estipulados entre o cacique e a coordenação da igreja para a condução da comunidade, não havendo conflito entre as duas instâncias. As autoridades fazem questão de deixar claro que trabalham na sensibilização das pessoas sobre o uso de álcool e drogas, que são expressamente proibidos na comunidade, assim como a plantação de ilícitos, a extração de madeira ou a caça para comercialização. Dizem ainda que em termos de solidariedade existe um acordo entre as famílias para auxiliar financeiramente ou com algum recurso alimentício/material, outras famílias que, por ventura, passem por circunstanciais problemas estruturais na produção ou relacionados à saúde de um integrante.

Não podemos perder de vista que a organização social Cocama parte da centralidade familiar e neste sentido o pai de família é a autoridade máxima. Assim sendo, adotam descendência patrilinear e constituem uma organização política descentralizada nos aspectos básicos, mas representada externamente pela centralização do poder de alguns integrantes como o cacique ou o presidente da associação. Cabe frisar que a necessidade de centralizar a liderança decorre do contato mais acentuado com a sociedade não indígena e a demanda que esta imputa às culturas tradicionais de representação personificada nas estruturas da sociedade moderna. (ACUÑA, 1994).

Percebendo os elementos supracitados, podemos informar, a respeito da Capacidade de Controle Coletivo do Território, que Nova Aliança apresenta uma significativa capacidade de governabilidade que basicamente divide-se entre questões religiosas, étnicas e produtivas. Tal governabilidade é gerada pelo respeito de cada liderança para com a jurisprudência e a decisão dos demais. Existe, assim, equilíbrio entre as ações destes líderes, evidenciando muito mais complementariedades do que rivalidades ou discordâncias, apesar de que diversos relatos também apontam para uma falta de comunicação mais efetiva e afinada entre eles.

É marcante entre os moradores uma ideia já legitimada de que cada liderança responde por determinada temática, direcionando assim o fluxo de demanda frente a estas pessoas e justificando uma falta de comunicação entre estes representantes, visto que o código de conduta cotidiano, formal e não formal, já deixa claro e atribuído o papel de cada líder no contexto comunitário.

Sobre as dinâmicas atuais que, inclusive, aludem sobre a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, os IBPT demonstram que ao longo dos anos Nova Aliança vem crescendo de maneira contundente, principalmente impulsionada pela constante no número de nascimentos anuais, que mantém uma média de 5% neste período e uma taxa de zero mortalidade. Neste sentido, chama a atenção para um crescimento mais acentuado entre os anos de 2014 e 2015, representado pela taxa de 13 nascimentos, o dobro da média dos anos anteriores, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1: Evolução populacional de Nova Aliança

ANO	População	Fonte
2008	220 pessoas	Silveira (2008)
2010	371 pessoas	GPEDA (2010)
2012	347 pessoas	SESAI (2015)
2013	356 pessoas	SESAI (2015)
2014	376 pessoas	SESAI (2015)
2015	442 pessoas	Lideranças Comunitárias

Fonte: autores (2016)

Além das positivas taxas de nascimento e baixas taxas de mortalidade, outro fenômeno que explica o crescimento bruto de 50,22% da comunidade em sete anos é a chegada tímida, porém sistemática, de famílias Cocamas peruanas que migram para o Brasil em busca de melhores condições de vida ou motivadas por um percurso territorial de ascensão espiritual incentivado pela Igreja da Cruz, que passa por Nova Aliança até chegar a uma terra prometida, de acordo com as profecias. Este último fato aporta significativa volatilidade populacional à comunidade.

Visto o histórico de desaparecimento da língua Cocama, os informantes afirmam reconhecerem-se enquanto tais pela observação das linhagens hereditárias e as histórias contadas pelos anciões. Em Nova Aliança apenas quatro pessoas são falantes da língua materna. Autorreferenciam-se também através da caracterização e práticas das mulheres Cocama, pois elas conhecem a agricultura tradicional, a sabedoria das comidas típicas da etnia e a confecção de cerâmicas. Os IBPT apontam que 90% da população de Nova Aliança fala português e espanhol, porém apenas 0,89% fala Cocama.

A língua Cocama foi classificada inicialmente enquanto derivada do tronco *tupi*; posteriormente Cabral (1995) comprovou que se trata de uma língua híbrida, pois recebeu contribuições do *tupi*, mas também do *aruaque* e do *quíchua*. Afirma-se que tal miscigenação da língua Cocama deriva de povos da floresta peruana e de povos andinos que entraram em contato com línguas brasileiras, principalmente do povo *Arawak*. Estes últimos, saindo da costa do oceano atlântico, teriam migrado em direção à Amazônia após a chegada dos primeiros colonizadores no século V no litoral, encontrando-se na região do alto Solimões com demais línguas e povos que acabaram por originar a fala Cocama. Como frisado anteriormente, tal língua foi quase extinta por imposição dos colonizadores.

Por outro lado, o elevado grau de pessoas bilíngues, entre o português e o espanhol, tendo em vista a localização de Nova Aliança na zona de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, representa uma estratégica possibilidade de comunicação e articulação entre comunidades vizinhas de países distintos. Ademais, visto a quase extinção da língua, a possibilidade em falar português e espanhol representa uma fenda significativa para troca e fortalecimento entre Cocamas dos três países. Por fim, o alto índice de bilinguismo sobre as línguas nacionais apresenta-se como um facilitador para ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos primários, podendo assim o vendedor Cocama adentrar, além dos espaços comerciais brasileiros, os espaços peruanos e colombianos.

Portanto, sobre este indicador referente às línguas, que oferta suporte à Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo na perspectiva dos

Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais, claramente a preocupação coloca-se sobre o baixo índice de falantes da língua Cocama.

Outro importante indicador de avaliação para averiguar a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo refere-se às práticas e, principalmente, às festas tradicionais. Encontramos duas festas comunitárias tradicionais em Nova Aliança: a festa da Igreja da Santa Cruz, comemorada desde 1982; e o dia do índio desde 1998, este último com representações culturais, bebidas típicas e danças tradicionais da cultura Cocama.

Informam as lideranças que antigamente, quando se circuncisavam os recém-nascidos, realizava-se uma festa com doces e toques de flautas; contudo, por imposição da Igreja da Santa Cruz, essa prática festiva foi abandonada. Não encontramos uma só pessoa em toda a comunidade que possuísse ou soubesse tocar esse instrumento.

Sobre tal influência, os moradores da comunidade afirmam que nos primórdios os Cocamas tinham um Deus de influência Inca chamado Yupanqui. Os atuais dizem que isto era mais “um mito dos antigos”, que a verdadeira, primeira e única religião do povo Cocama é a Igreja da Santa Cruz.

Compreendendo isso, visto que a igreja da Santa Cruz implica uma série de restrições a respeito de roupas, posturas e alimentos, vislumbram-se os motivos pelos quais, quando ocorre a festa do índio, os moradores integrantes da igreja contribuem com comida, bebida e recursos, porém não participam das danças e ritos, que ficam a caráter de outros comunitários. Este último grupo é diminuto, pois a maior parte dos moradores faz parte da Igreja, e Nova Aliança, entre tantas, é uma comunidade de referência para outras comunidades brasileiras e peruanas seguidoras da Ordem.

A segunda festa em grau de importância é a festa do dia do índio, que está vinculada ao folclore e à tradição dos antepassados, porém desarticulada de aspectos simbólicos ou espirituais que possam gerar sentido à vida presente.

Como último indicador analisado sobre a capacidade de agenciamento cultural, apresentam-se os aspectos relacionados à educação. Nova Aliança conta com uma escola de educação formal ligada à rede municipal de ensino. Tal escola não é reconhecida como escola indígena justamente pelo histórico de dificuldades encontradas por este povo junto ao governo brasileiro sobre seu reconhecimento.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Benjamin Constant, Nova Aliança conta com 12 professores e com alunos matriculados na seguinte proporção: Pré I: 11 alunos/Pré II: 15 alunos/ 1^a: 23 alunos/ 2^a: 21 alunos/ 3^a e 4^a: 25 alunos/ 5^a: 23 alunos/ 6^a: 16 alunos/ 7^a:

11 alunos/ 8^a: 18 alunos/ 9^a: 11 alunos; não possui Ensino Médio e conta com 27 alunos matriculados na educação de jovens e adultos. Totaliza 178 alunos, o que representa 40,27% da população contabilizada em 2015 envolvida com atividades educativas do ensino regular.

O significativo número de pessoas vinculadas à estrutura educacional demonstra que quase a metade da população atual encontra-se vinculada à escola da comunidade. Como denota a própria descrição do indicador, este fator demonstra uma importante capacidade de interatuar com o sistema de valores não tradicionais, assim como avaliar a influência deste sistema externo sobre o próprio sistema de valores.

Chama a atenção, por outro lado, o fato de que, apesar de reconhecida como comunidade indígena e de etnia Cocama, a escola de Nova Aliança ainda não é reconhecida pelos órgãos públicos enquanto escola indígena, afetando assim toda uma estrutura curricular, de calendários, metodologias e adaptações que as leis brasileiras prescrevem como direito das escolas indígenas⁹.

Avaliando, portanto, os indicadores acima relacionados, concluímos que é incipiente a capacidade de agenciamento cultural de Nova Aliança, visto a secularização das festas que tratam da cultura Cocama, assim como a quase inexistência de falantes da língua materna, ou mesmo o reconhecimento de sua escola como escola indígena Cocama. Contudo, devemos ampliar nossos horizontes sócio-históricos para a realização de tais análises: como já descrito, este quadro de Nova Aliança não se diferencia da situação geral das demais comunidades e populações de etnia Cocama que, com a opressão e invisibilidade geradas pelo processo histórico de ocupação exógena do Amazonas, quase se extinguíram e ainda hoje enfrentam dificuldades existenciais. Esta incipiência, muito antes de ser percebida enquanto pura vulnerabilidade, deve indicar que nos tempos atuais a luta Cocama se refaz, se reinventa e ganha cada vez maior organização e visibilidade.

A força de autonomia cultural encontra-se, por sua vez, sobre o alto índice de envolvimento nas estruturas formais de educação, assim como de pessoas bilíngues em relação ao Português e ao Espanhol, o que lhes garante inúmeras vantagens no contexto da tríplice fronteira. A figura da mulher enquanto elemento de referência étnico-cultural também expressa uma fortaleza na autonomia cultural desta comunidade, que, apesar de uma dinâmica patrilinear, deposita no feminino seu resguardo identitário. Por fim, soma-se a esta capacidade de agenciamento cultural o fato de

9 LDB (n. 9.394/96); PNE (n. 10.172/2001); CNE (parecer: 14/99); Lei 11.645 (2008); Decreto 6861/09 e Portaria MEC: 1062/2013.

não serem constatadas sobreposições e conflitos explícitos nas terras de Nova Aliança, facilitando tal manutenção cultural.

Tendo em vista a relação simbiótica que a cultura indígena estabelece com a terra e que, como aludimos na segunda parte deste artigo, o conceito de Bem-Estar, e por sua vez de abundância, é um conceito relacional que envolve natureza, cultura e sociedade, perceberemos que a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, que em grande escala indica a possibilidade de realizar a manutenção adequada dos aspectos da vida cotidiana, mescla-se em profundidade com a Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar, como veremos a seguir.

Nova Aliança está localizada em terra firme, com cinco quilômetros de frente e uma profundidade relatada como ponto de referência “até o igarapé Japurá” (a dois dias de caminhada do centro da comunidade). Portanto, o território é vasto e não conta com mapas de satélites que possam dar uma dimensão real de sua extensão. Mesmo assim, a partir dos relatos coletados, chegamos à conclusão de que a comunidade possui alto potencial de terras com recursos naturais disponíveis, induzindo a interpretações iniciais de garantia alimentar presente e futura.

Existem, neste perímetro, terras que são de uso privado e de uso coletivo, assim como áreas que através de acordos internos devem ser preservadas. Na área cultivada basicamente encontram-se mandioca e banana, depois cominho, pepino, pimenta, mamão e abacaxi. Metade da quantidade destes produtos se comercializa e outra metade se consome, tendo uma distribuição equilibrada entre as duas funções. A comunidade também conta com uma área pequena que faz o descanso e a recuperação da terra.

De acordo com os estudos de Noda e Braga (2012), encontramos a seguinte proporcionalidade retirada de uma amostra em Nova Aliança: a área total de uso é de 283 hectares divididos em: 68,4 hectares (14 roças); 53,0 hectares (11 sítios); 146,2 hectares (30 capoeiras) e 15,4 hectares (três fragmentos florestais).

Contudo, partindo do conhecimento empírico de que uma roça equivale a uma unidade familiar, os dados apresentados por tais autores devem ser relativizados, pois se confrontarmos o número de 14 roças catalogadas com a quantidade de 58 famílias em Nova Aliança no ano do estudo (2012), teríamos 44 famílias sem produção agrícola, hipótese insustentável nestes termos.

Mesmo assim, visto o caráter de amostra de tal pesquisa, os avanços proporcionados pelos autores não são irrelevantes e na verdade constituem o estudo biométrico mais apurado que se pode encontrar, en-

tre as referências bibliográficas, sobre a produção e extração de alimentos na comunidade de Nova Aliança.

Sobre a pesca, Noda e Braga (2012) informam que é prioritariamente realizada por homens que destinam aproximadamente 4,8 horas diárias para tal tarefa, concretizada tanto na época da cheia, quanto na vazante do rio. Neste estudo foram reconhecidas junto aos pescadores de Nova Aliança 30 espécies de peixes pertencentes a 14 distintas famílias taxonômicas. A maioria dos homens utiliza a malhadeira ou a tarrafa como principal ferramenta para tal atividade.

Sobre a caça, neste mesmo estudo, os informantes identificam mais de 77 espécies possíveis para a alimentação e destacam, em ordem de importância entre os mamíferos, a Anta, a Caititu, seguidas da Capivara, Cuatá e Cutia. Já para as aves aquáticas, respectivamente destacam-se em grau de prestígio o Carão, o Carará, a Corócoco e a Garça. Entre as aves terrestres, o Bem-te-vi, a Curica, o Inhambu, o Jacamim, o Jacu e a Japó. Por fim, entre os répteis destacam-se o Cabeçudo, a Cascuda, o Jacaré, a Tartaruga, o Tracajá e o Jabuti. (NODA e BRAGA, 2012).

Com abordagem distinta, buscando compreender a diversidade produtiva pelo inventário das produções, mas também pela predominância de alimentos nas refeições básicas, os IBPT ilustram que em Nova Aliança cultiva-se e consome-se prioritariamente nove espécies: açaí, cupuaçu, banana, mandioca, coentro, pepino, pimenta, mamão e abacaxi. Além disso, relatam consumo prioritário de três espécies de animais de caça e quatro espécies de peixes, totalizando um numeral de 15 espécies na diversificação básica da alimentação cotidiana das famílias.

É, portanto, alta e significativa a diversidade de alimentos produzidos e consumidos em Nova Aliança, garantindo diversidade e qualidade na alimentação familiar, assim como boa variedade para captação de recursos mediante a venda de produtos primários no mercado local, caso necessário.

É importante frisar que a análise realizada pelo GPEDA em 2010 demonstrava um predomínio absoluto da mandioca, da banana e do coentro em Nova Aliança. Quase seis anos após o início das intervenções do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem-Viver, que apresentou como linha diretriz de suas intervenções, no campo da agricultura familiar, o incentivo à diversidade produtiva que garantisse melhor qualidade e alimentaria de maneira ecologicamente sustentável, quadruplicou-se a quantidade de alimentos encontrados entre as famílias de Nova Aliança.

A respeito das restrições e tabus para algum tipo de alimentação, seguindo a cultura regional, afirmam não consumirem carnes “remosas”

na gravidez e na doença, como peixes de couro e tartaruga, ou outros animais de casco. Apesar da porcentagem de alimentos culturalmente restritos chegarem a quase 20% frente ao total das possibilidades alimentares relatadas, principalmente no tocante à pesca e à caça, deve-se ter em mente que tal índice não se mostra de extrema significância, visto não afetar a população de maneira geral e indiscriminada, referindo-se a pessoas em condições específicas, como doenças e gravidez.

Outro indicador importante que alude à soberania alimentar é a capacidade de armazenamento e beneficiamento de alimentos que em Nova Aliança mostra-se na transformação em abundância de mandioca em farinha, principal produto de comercialização da comunidade. Existe também uma prática antiga, ainda realizada por algumas famílias, de enterrar a mandioca para que fique com bom estado de conservação em enchentes ou algum outro empecilho emergencial. As carnes e peixes são geralmente secos ao sol e posteriormente salgados e armazenados em cestos de cipós revestidos de folhas de bananeiras, chamados de paneiros. Apesar de em 2014 Nova Aliança ter sido contemplada com o programa Luz para Todos, do Governo Federal, contando atualmente com suprimento de energia elétrica constante, ainda são poucas famílias que dispõem de aparatos eletrônicos para conservação de alimentos.

Em Nova Aliança são encontradas as típicas formas de armazenamento de sementes com a utilização de garrafas de plástico, demonstrando uma compartilhada sabedoria regional para armazenar insumos. Este conhecimento, como afirma o indicador, é importante na medição da capacidade que determinado povo possui em lidar com a garantia alimentar em tempos de crise ou escassez, reverberando assim nas capacidades de garantir autonomia alimentar. As sementes geralmente armazenadas em Nova Aliança são de milho, chicória, arroz, pimenta, pimentão, jerimum, melão e pepino.

É importante frisar que nove famílias, participantes ativas nas ações do Projeto supracitado, fazem parte do Banco de Sementes, trabalhando no resgate de sementes nativas da região. Com este resgate e estas técnicas de armazenamento, informam não dependerem mais do repasse do governo e de suas sementes geneticamente modificadas, que, de acordo com os indígenas, rendem menos, não são reaproveitáveis e desgastam mais o solo.

É significativa, portanto, a disponibilidade de sementes armazenadas pelos comunitários de Nova Aliança, demonstrando a autossuficiência alimentar e domínio do ciclo agrícola em todas suas etapas, sem dependência direta de órgãos externos ou da disponibilidade de insumos no mercado. Isso denota positivo grau de independência e emancipação dos agricultores.

No tocante às práticas laborais, Silvera (2008) chama a atenção às atividades coletivas que em Nova Aliança acontecem duas vezes ao mês, levando as pessoas a trabalharem espontaneamente na terra dos outros comunitários. Devemos assinalar que atualmente estas práticas não são tão frequentes, e como exemplo nos espelhamos em recente pesquisa realizada pelo GPEDA (2014) com o intuito de averiguar qual a participação feminina no trabalho coletivo e na composição da renda doméstica, chegando-se à seguinte conclusão:

Observamos que Nova Aliança é a comunidade onde as mulheres mais participam na composição da renda, contudo é onde menos participam das decisões domésticas e é a penúltima, entre 18 comunidades analisadas, no que se refere ao envolvimento de homens e mulheres nos trabalhos coletivos, apresentando não apenas baixo índice de participação das mulheres, como também baixo índice de ocorrência do próprio fenômeno. (GPEDA, 2010, p.114).

Ainda elucidando características sobre a produção familiar, os estudos de Noda e Braga (2012) também afirmam que os homens são sabedores das localizações adequadas das plantas e matas, porém são as mulheres que possuem conhecimentos sobre que espécie pode servir de alimento, de remédio ou de ornamentação. Com auxílio delas, os autores catalogaram 72 espécies de plantas alimentícias, 67 medicinais e 21 ornamentais.

Desta forma, sobre a positiva Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar de Nova Aliança, somos levados a concordar com Noda e Braga (2012, p. 412), quando afirmam que:

A respeito da segurança alimentar observa-se o fato do sistema produzir alimentos para a reprodução social dos comunitários, isto porque o acesso aos alimentos pela via não monetária evidencia o elevado patamar de suficiência. Nas unidades familiares de Nova Aliança este patamar atinge 70% do total de produtos consumidos.

Passando aos indicadores que buscam avaliar a Capacidade de Construção de um Ambiente Tranquilo para se viver, as informações apontam para não existência de conflitos relacionados à sobreposição de terras no território Cocama de Nova Aliança. Os informantes relatam que não existem conflitos entre as autoridades comunitárias, nem mesmo com atores externos, tendo inclusive boa relação com a FUNAI e com a Polícia Federal.

Não podemos deixar de referir os estudos de Luz (2007, p. 177), informando ter sido testemunha de práticas ilícitas e criminosas por parte

de algumas lideranças Cocamas no Alto Solimões, como a formação de quadrilhas e “*terrorismo psicológico por meio de ameaças de quem lucrava com a inclusão de membros não-indígenas na lista de beneficiários de projetos sociais, mediante pagamento de taxas*”. Contudo, o autor não especifica comunidades, tampouco nomes particulares em seus estudos. Da nossa parte, não foram observados tais fenômenos.

Sobre as problemáticas que mais afligem a harmonia da comunidade hoje, os entrevistados destacam a venda e consumo de bebidas alcoólicas, assim como festas independentes e, por vezes, o manejo de trabalhos ilícitos na comunidade. Quando as regras são desrespeitadas, a pessoa infratora é chamada para uma primeira reunião com autoridades locais, e, caso mantenha o comportamento, ela é defrontada com a FUNAI e a Polícia Federal. Indicam ainda que as autoridades locais buscam sistematicamente sensibilizar as pessoas sobre a temática das drogas e da bebida, assim como dos ilícitos, justamente para evitar estas situações extremas, e concluem indicando que até o momento não ocorreram casos crônicos.

Como dinâmica interna a ser considerada no Bem-Estar e na harmonia de Nova Aliança, cabe ressaltar, como citado anteriormente, a existência de um acordo de apoio comunitário solidário e coletivo para pessoas que estão hospitalizadas ou passando por profundas dificuldades financeiras. Este é um dos motivos, relatam os informantes, pelos quais não são encontrados casos de desnutrição na comunidade.

Mesmo frente a esta aparente tranquilidade e falta de conflitos, Nova Aliança, a pedido das próprias lideranças comunitárias, foi alvo de incursões da Polícia Federal atrás de extratores ilegais de madeira que, em áreas nativas mais distantes, roubam madeiras de lei da comunidade e posteriormente passam para o lado peruano da fronteira, onde não carecem de registros. Nunca houve confronto direto com estes madeireiros, porém é sabida a presença deles no território; tampouco a Polícia Federal oferta informações precisas sobre o ocorrido, desconhecendo em detalhe tais ocorrências.

Outro fator que devemos ressaltar é o recente aparecimento de grupos de ladrões na calha do rio Solimões, chamados pelos comunitários de *Piratas*. Estes grupos, geralmente armados e equipados com lanchas e motores mais potentes do que a maior parte das embarcações que trafegam pelo rio, atacam geralmente ao fim de tarde, roubando produtos agrícolas, dinheiro e outros utensílios das populações indígenas e ribeirinhas. De fato, na região de Nova Aliança, durante nossas visitas em razão da aplicação destes indicadores, percebemos uma presença mais ostensiva da Polícia Federal trafegando pelas redondezas.

Os dois conflitos relatados apresentam perspectivas distintas e carecem de análises também distintas.

O primeiro, referente ao roubo de madeira em terras indígenas, é antigo e demonstra o descaso das autoridades públicas no combate à extração ilegal da madeira nativa em toda a Amazônia, além de representar as consequências mais cruéis do esvaziamento e desestruturação dos órgãos que deveriam vigiar e zelar pela floresta. Este tema é amplo, histórico e na tríplice fronteira encontra agravantes relacionados à jurisprudência e territórios nacionais, o que facilita a fuga dos transgressores e do material expropriado¹⁰.

Do outro lado, temos o fenômeno recente dos piratas, que ainda carece de estudos aprofundados, mas, à primeira vista, denuncia o agravamento da desigualdade social e da pobreza na região. Outra hipótese corrente refere-se ao combate oficial das forças dos três países ao narcotráfico, que, ao ser destituído em algumas regiões, acaba gerando grupos de desfilhados, e estes, ante a iminência de dívidas e necessidades financeiras mais diversas, formam tais milícias fluviais¹¹.

Contudo, como afirmamos, estas são análises casuais e sem aprofundamento empírico, apoiadas em depoimentos diversos, difusos e informais. O fato é que Nova Aliança apresenta essas duas problemáticas que merecem atenção, apesar de que, como bem ressaltado por uma liderança, nenhuma delas tem afetado diretamente o cotidiano e a segurança das famílias da comunidade. A população de Nova Aliança tem sabido acessar as autoridades locais no auxílio de possíveis conflitos relacionados ao seu território, e, de momento, analisamos junto com a população, uma boa capacidade de construção de um ambiente tranquilo para se viver.

Por fim, referente à capacidade de autocuidado e reprodução, percebemos, no que versa o acesso aos serviços básicos, seguindo a tendência generalizada na região, que as moradias em Nova Aliança não contam com sistema de esgoto, estando os dejetos a céu aberto. Da mesma forma, não há serviço de encanamento de água ou destino qualificado para os resíduos sólidos, que geralmente são queimados. Os banheiros característicos da região são casinhas externas à residência, de madeira,

10 De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) (2015), no documento Amazônia sob pressão, entre 2009 e 2010, a área total de extração de madeira que ocasionou desmatamento na Amazônia foi de 1.205 km² (65% de forma ilegal).

11 Sobre isto a população faz seguida referência às consequências de uma ação específica do exército peruano, em uma região localizada um pouco mais ao norte da fronteira com a Colômbia e o Brasil chamada de Caballococha, onde há muitos anos instalou-se quantidade significativa de plantadores de coca e laboratórios para a transformação de cocaína e que agora, frente à pressão efetiva do exército nacional, migram para o sul buscando refúgio e possibilidades financeiras.

sem privadas, apenas com pequena estrutura elevada de madeira ligada diretamente ao buraco no solo através de um sistema de fossa seca, geralmente não muito profunda.

Também seguindo uma tendência regional, Nova Aliança não possui acesso a água potável, fazendo uso de estratégias para minimizar os possíveis danos ocasionados pelo uso da água do rio e da chuva, como pastilhas de cloro ou a prática de ferver a água. Nova Aliança foi contemplada por um sistema de potabilização de água pelo Bem Viver, porém atualmente está em desuso em razão de problemas técnicos.

O direito à água e aos demais serviços públicos sofre do mesmo descaso público em todo o contexto do Alto Solimões; governos mostram-se inertes frente aos grandes desafios estruturais que se apresentam a estas temáticas no interior da floresta. Este fenômeno deflagra a complexidade estrutural em extinguir problemas básicos nos serviços públicos no interior do Amazonas, ao mesmo tempo que demonstra a falta de interesse e falta de incentivo histórico das autoridades na construção de tecnologias que possibilitem o mínimo de estrutura adequada para estas populações.

Especificamente sobre as questões de saúde, informa-se que a comunidade conta com um agente comunitário de saúde e com duas pessoas de referência na medicina tradicional, sendo que não há conflito entre a medicina formal e a medicina tradicional. Tais pessoas de referência comunitária também são importantes no auxílio do parto, pois Nova Aliança está distante 46,7 quilômetros do município de Benjamin Constant, fazendo com que as mães optem pelo parto na comunidade com o auxílio de parteiras. Mesmo assim, logo após o nascimento das crianças, as mulheres informam que se dirigem à cidade para o registro dos recém-nascidos e o encaminhamento de documentação e benefícios¹². Tanto na comunidade, através do posto de saúde, como na municipalidade, a cobertura do pré-natal atinge aproximadamente 95% dos casos em Nova Aliança, de acordo com as informações do Posto de Saúde Comunitário.

Notamos que frente à quantidade geral da população, é pequeno o número de pessoas apontadas como referências na comunidade para atenção aos enfermos, não chegando a 1%. Apesar de afirmarem equilí-

12 Diferentemente do que aponta o discurso do senso comum, os indígenas são, para o sistema de previdência social, Segurados especiais (trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada), assim como os agricultores, os seringueiros e os pescadores artesanais. Desta forma, não recebem nenhum benefício adicional pelo número de filhos que não seja o salário-maternidade, devido às seguradas por ocasião do parto, inclusive o natimorto, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. O benefício será pago durante 120 dias e poderá ter início até 28 dias antes do parto.

brio e complementariedade entre a medicina formal e a medicina tradicional, este baixo número de referências locais em saúde é algo que, sob um olhar desavisado, apresenta aparente fragilidade na capacidade comunitária de combate às doenças. Este olhar desavisado pode inclusive fortalecer-se somado à análise de pouca estrutura física de saúde, contando Nova Aliança apenas com um posto de saúde e um hospital localizado a mais de 40 quilômetros de distância.

Porém, se percebermos, ao longo dos anos, uma taxa crescente de natalidade e uma taxa de mortalidade inexistente, somos levados a compreender que as estruturas e referências não são frágeis, e sim que são as pessoas que adoecem pouco em Nova Aliança e, quando adoecem, a enfermidade refere-se a problemas de simples trato, geralmente requerendo curativos domésticos.

Sendo assim, é adequada a Capacidade de Autocuidado e Reprodução de Nova Aliança, na medida em que encontra, nos saberes tradicionais e na referência das parteiras, o necessário para o Bem-Estar de sua população. Esta capacidade se fortalece com as análises já realizadas, que indicam um ambiente tranquilo para se viver e uma positiva diversidade alimentar.

Concluimos, em comum acordo com os moradores de Nova Aliança, que a terra demarcada por lei, o respeito à jurisprudência de cada liderança e a existência de um estatuto próprio garantem boa Capacidade de Controle Coletivo sobre o Território. Também concluimos que, apesar da boa disponibilidade de recursos naturais e do elevado vínculo populacional, as estruturas formais de educação gerando 90% de bilinguismo entre o espanhol e o português, a ausência ou regressão de festas tradicionais, somado ao baixo índice de falantes da língua nativa e à baixa ocorrência de trabalhos coletivos, apontam algumas vulnerabilidades diante da Capacidade de Autonomia Cultural. Como vimos, fragilidades estas, consequências de um processo histórico de colonização forçada que somente na segunda metade do século XX passa a ser revertida, a partir da reorganização do movimento social Cocama.

Significativamente positiva é também a Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar na medida em que apresentam alta diversificação produtiva, controle cultural sobre as formas de armazenar alimentos e sementes, participação na constituição de um Banco de Sementes Tradicionais e produções complementares de mel e outros alimentos. Por sua vez, a harmonia entre as lideranças, a existência de estatutos próprios e a não existência de conflitos diretamente relacionados com o cotidiano da população garantem a Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo para se viver.

Imagem 1: Sistematização das Capacidades e Bem-Estar de Nova Aliança



Fonte: Autores, 2016.

Conclusões

O esforço em criar indicadores específicos para avaliar o Bem-Estar de povos tradicionais mostra-se pertinente no sentido de criar ferramentas metodológicas realmente capazes de apreciar os modos de vida destas populações e assim auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas adequadas. Os aspectos conceituais e metodológicos aplicados através dos IBPT mostraram-se coerentes com as populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira e ofertam a construção de uma percepção apurada e coerente sobre seu Bem-Estar.

Através da aplicação de tais indicadores, de modo geral, as comunidades se mostram sábias em equilibrar tradições culturais e inovações oriundas dos tempos atuais. Constroem Bem-Estar com acordos internos e externos que garantem a autonomia e a abundância através de práticas ambientais, culturais, sociais e produtivas harmonizadas com a cultura e a natureza. Isto acarreta estratégias e práti-

cas adequadas de moradia, plantio, preservação de sementes, assim como de manutenção das práticas tradicionais de medicina e educação, entre outros fatores que subsidiam sua qualidade de vida.

Especificamente sobre Nova Aliança, o positivo panorama sobre a maior parte das Capacidades que subsidiam os IBPT nos permitem afirmar que o Bem-Estar se aloca na abundância alimentar, na boa capacidade de governabilidade e na aderência de todas as regras comuns, respeitando especificidades, principalmente de cunho religioso.

Por fim, os IBPT representam um processo aberto para pesquisas e convidam a comunidade acadêmica, entidades de apoio e órgãos governamentais à continuidade de sua aplicação e aperfeiçoamento em outros espaços, povos e realidades tradicionais. Este é o compromisso estabelecido entre o Grupo de Pesquisa, Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), o Grupo de Pesquisa Valoración de los Conocimientos Tradicionales e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), no sentido de tornar tais indicadores uma ferramenta de referência para a medição do Bem-Estar dos povos Tradicionais na Tríplice Fronteira Amazônica assim como, respeitadas as devidas adaptações, à outras populações tradicionais do território nacional. Este compromisso vincula-se a contribuição para a criação de uma ciência humana, social e ambiental vinculada e comprometida com os saberes e práticas dos povos originários.

Bibliografia

ACOSTA, L.E. 2013. *Pueblos indígenas de la Amazonia e indicadores de bienestar humano en la encrucijada de la globalización: estudio de caso Amazonia colombiana*. Bilbao, Espanha. Tese de Doutorado. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidade del País Vasco. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi. Bilbao. 325p.

ACUÑA, Cristóbal. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Editora Oltaver, Montevideo, 1994.

ANDRADE, P. F. 2015. *Produção e Comercialização Agrícola: Um estudo de caso dos agricultores familiares na comunidade de São José no município de Benjamin Constant – AM*. Benjamin Constant – AM. Monografia de Conclusão de curso em Ciências Agrárias e do Ambiente. Instituto Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, 53p.

BUSTELO, P. 1992. *Economía del Desarrollo. Un análisis histórico*. Editorial Complutense. 2ª edición ampliada. Madrid. 21 p.

CABRAL, Milton. *Ontologia Cocama*. Editora Valer, Manaus, 1995.

CALEGARE, M. 2010. *Contribuições da Psicologia Social no estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas*. São Paulo-SP, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, 321p.

CASTRO, E. 1997. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. In: CASTRO, E. e PINTO, F. Faces do trópico úmido-conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém, UFPA. p. 38-65.

CDB – Convenio Sobre la Diversidad Biológica. 2006. *Indicadores para evaluar el progreso hacia la meta de diversidad biológica 2010: situación de los conocimientos, innovaciones y prácticas tradicionales*. Grupo de Trabajo Especial sobre el Artículo 8(j) y disposiciones sobre el CDB. Granada – España. 11 p.

CEPAL – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía – Celade / Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe - FONDO INDÍGENA. 2007. *Sistema de Indicadores Sociodemográfico de Poblaciones y Pueblos Indígenas de América Latina – SISPPPI. Guía para el usuario*. DEL POPOLO, F. Oyarce, AM; Ribotta. Disponível em: <https://goo.gl/Afieh5>. Acessado em 03 de maio de 2011.

COLLADO, JR. 1992. *El Bienestar Social: concepto y medida*. Madrid: Popular S.A.

FERES, JC; MANCERO, X. 2001. *El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina*. CEPAL – SERIE Estudios estadísticos y prospectivos. 52 p. Disponível em: <https://goo.gl/YwsN1v>. Acessado em 03 de maio de 2011.

FONDO INDIGENA- Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina Y El Caribe - Fondo Indígena. 2011. *Que es el Fondo Indígena*. Disponível em: <http://www.fondoindigena.org/quees.shtml>. Acessado em 3 de maio de 2011.

FUNAI, Fundação Nacional de Assistência Indígena (FUNASA). *Diagnóstico do Povo Cocama na Amazônia trifronteiriça*. Tabatinga- AM, 2010.

GASCHÉ, J; VELA, N. 2012. *Sociedad bosquesina: ¿Qué significa para los bosquesinos “autonomía”, “libertad”, “autoridad” y “democracia”?* Instituto de Investi-

gaciones de Amazonia Peruana (IIAP). Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS). Tomo II. Iquitos, Perú. 389 p.

GASCHÉ, J. 2011. *Sociedade Bosquesina*. Tomo I. Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana. Iquitos-Peru.

GÓMEZ, A. 1997. Las necesidades Básicas Insatisfechas: sus deficiencias técnicas y su impacto en la definición de políticas sociales. Instituto Nacional de Estadística – INDEC. Argentina. 28 p. Disponível em <https://goo.gl/EORcHh>. Acessado em 03 de maio de 2011.

GPEDA – Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica. 2010. *Diagnóstico Inicial sobre comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Benjamin Constant: Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/ISCOS*. Tabatinga – AM. 10 nov. 110p.

GPEDA – Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica. Relatório sobre as condições de participação socioeconômica das mulheres indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões nas famílias e comunidades. Material não publicado, 2014.

LACERDA, L. F. 2016. *Por uma sociologia das emergências: perspectivas emancipatórias nos territórios de produção das ausências amazônicas*. São Leopoldo-RS, Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 396p.

LUZ, Edward. Novos desafios para o instrumental antropológico de identificação de grupos indígenas emergentes. *Revista Cenários de Comunicação*, São Paulo, v.6, n.2, p. 175-180, 2007.

MAGNO, Antônio. *Grandes expedições espanholas*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2001.

NODA, Hiroshi e BRAGA, Maria Dolores. Paisagens e etnoconhecimento na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. *Revista de Ciências Humanas*, Belém-PA, v.7, n.2, p.397-416, 2012.

OCDE – Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico. 1985. Indicadores sociales. Lista OCDE, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid. Traducción de: La liste l'OCDE des indicateurs sociaux, 1982. Disponível em <https://goo.gl/3VxX5f>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. 1976. *Employment, growth and basic needs: A one world problem*, ILO, Ginebra. Disponível em: <https://goo.gl/T9yqq7> Acessado em 10 de abril de 2013.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. 2009. *Los derechos de los pueblos indígenas y tribales en la práctica. Una guía sobre el Convenio N°169 de la OIT. Programa para promover el Convenio N° 169 de la OIT (pro 169)*. Departamento de Normas Internacionales del Trabajo. 201 p. Disponível em: <https://goo.gl/jkyTN5>. Acessado em 19 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, J. 2015. *Relação entre a extensão universitária e os desafios enfrentados pelos ribeirinhos: contribuições para as comunidades São José e Guanabara II*. Benjamin Constant-AM. Monografia de Conclusão de Curso em Agroecologia. Instituto Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas. 63p.

ONU – Organización de las Naciones Unidas. 2007. *Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas*. Resolución 61/295 aprobada por la Asamblea General. 107a. Sesión plenaria. Washington, DC.

ONU – Organización de las Naciones Unidas. 2008. *Los pueblos indígenas y los indicadores de bienestar y desarrollo. Informe Preliminar*. Documento de trabajo. Disponible em: <https://goo.gl/7nWnjA>. Acessado em 9 de outubro de 2010.

ONU – Organización de Naciones Unidas 1978. *Indicadores sociales: Directrices preliminares y series ilustrativas*. Informes estadísticos, série M, Nº 63. Disponible em: <https://goo.gl/IYYkGd>. Acessado em 10 de abril de 2013.

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 1990. *Informe sobre el desarrollo humano*. 1990. Definición y medición del desarrollo humano. Disponible em: <https://goo.gl/ozsgZm>. Acessado em 11 de abril de 2013.

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2004. *Informe sobre Desarrollo Humano 2004. La libertad cultural en el mundo diverso de hoy*. Publicado para el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Ediciones Mundi-Prensa. 299 p. Disponible em: <https://goo.gl/X079ye>. Acessado em 22 de janeiro de 2008.

RENSHAW, J.; WRAY, N. 2004. *Indicadores de pobreza indígena. Borrador preliminar*. Banco Interamericano de Desarrollo – BID. Washington, D.C. Disponible em: <https://goo.gl/H0kpjh>. Acessado em 09 de outubro de 2010.

SILVERA, Carolini. A legislação brasileira na tutela dos conhecimentos tradicionais de populações de Benjamin Constant (AM). *Revista Somanlu*, v.8, n.1, 2008, p.95-117.

UNAM – Instituto de Investigaciones Filosóficas. 2007. *Informe de Evaluación del Primer Decenio Internacional de los Pueblos Indígenas del Mundo 1995 - 2004*. Serie Informes y Estudios. Programa Universitario México Nación Multicultural. Disponible em: <https://goo.gl/2tOqLm>. Acessado em 03 de maio de 2011.

UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México. 2008. *Los pueblos indígenas y los indicadores de bienestar y desarrollo "Pacto del Pedregal"*. Informe preliminar documento de trabajo. VII Sesión del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas Organización de las Naciones Unidas. Nueva York, Estados Unidos, 184 p. Disponible em: <https://goo.gl/RR7K8N>. Acessado em 10 de abril de 2013.

ZARZOSA, P. 1996. *Aproximación a la medición de Bienestar Social*. España: Gráficos Barona.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brand
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainien Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barbosa
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Eilul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauléon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honroso
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção* – Marcelo Castañeda



Luiz Felipe Barboza Lacerda. Doutorado (2016) e Mestrado (2009) em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Graduação em Psicologia (2006) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente Pesquisador da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Secretário Executivo do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA). Colaborador do Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica (GPE-DA). Dedicar-se aos estudos na área da psicologia social/comunitária, grupos, processos educacionais, clínicos e sociologia.

Algumas publicações

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa. *Governar-se para que: As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários*. Manaus: B&K, 2011.

_____. O Educador Indígena: caminhos e desafios. In: LACERDA, Luiz Felipe Barbosa et al (Orgs.). *Vivências Pedagógicas: relatos da trajetória de vida de professores indígenas no Alto Solimões – AM*. Manaus: UEA, 2016, pp. 103-137.

_____. Percepções Gerais sobre a realidade da educação indígena na tríplice Fronteira amazônica Brasil, Colômbia, Peru. In: PINTO, Auxiliadora; SOUSA, Sebastião; JASTAMAND, Michel (Org.). *Diálogos Interdisciplinares e Indígenas*. São Paulo: Alexa, 2016, pp. 99-109.

_____; GARBELLINI, Enrico. *Bem viver: perspectivas endógenas de desenvolvimento na Amazônia de Fronteira*. Roma: Ministério de Assuntos Exteriores Italiano, 2014.

_____. A realidade indígena e a busca por reconhecimento. In: LIBÓRIO, Ana Maria (Org.). *Propostas & Contribuições: Educação, Saúde e Política*. Manaus: B&K, 2012, PP. 136-164.



Luis Eduardo Acosta Muñoz. Economista, PhD em Economia Social (2013) pela Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável (1999) pela Pontifícia Universidade Javeriana. Graduação em Economia (1978) pela FUndación Universidad Jorge Tadeo Lozano. Investigador Principal do Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas SINCHI (Colômbia), Pesquisador Colaborador – Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida - OLMA. Dedicar-se aos estudos na área da sociologia, antropologia, economia, geografia social e econômica, ciências ambientais.

Algumas publicações

ACOSTA MUÑOZ, Luis Eduardo. *Guaviare. Puente a la Amazonia*. Colombia: Linotipia Bolívar y Cía, 1993.

_____. *La chagra en La Chorrera: más que una producción de subsistencia, es una fuente de comunicación y alimento físico y espiritual, de los hijos del Tabaco, la Coca y la Yuca dulce*. Colombia: Digiprint Editores, 2011.

_____; GUTIERREZ REY, Franz; SALAZAR CARDONA, Carlos. *Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible*. Colombia: Guadalupe, 2004.

_____; MOZORRA, Augusto Valderrama. *Enterramientos de masas de yuca del pueblo Ticuna: Tecnología tradicional en la várzea del Amazonas colombiano*. Colombia: Equilatero, 2005.



UNISINOS